

A IDENTIDADE DA NAÇÃO: ENCENAÇÃO E NARRATIVA

Luís Cunha*

A abordagem de um tema tão vasto, aberto e de múltiplas faces como a identidade nacional, coloca-nos, simultaneamente, perante os riscos da redundância e do excesso. Se o primeiro destes riscos nos conduz a um ensaísmo mais ou menos estéril acerca da natureza da nação como projecto de modernidade, o segundo empurra-nos para a abundância de sentidos, que obstaculiza um olhar verdadeiramente substantivo. Não sendo fácil superar estas dificuldades, parece-me todavia claro que só com pequenos passos se pode deslindar o emaranhado novelo da identidade nacional. Que fique claro: não se trata de chegar à *verdade*, mas apenas de construir uma interpretação, ainda que parcial, sustentada empiricamente¹. O interesse pelo tema é inequívoco e parece mesmo estar em crescendo. De facto, os tempos agitados que correm, nos quais parecem diluir-se certezas que nos habituámos a pensar como sendo sólidas, fazem da identidade nacional se não um tema central, pelo menos um lugar de cruzamento de muitos dos debates contemporâneos. Encontramo-la quando se pensa a globalização e quando se discute o multiculturalismo, mas também quando se convoca para o debate a herança intelectual do Iluminismo, da Revolução Francesa ou do Romantismo. O carácter multireferencial da problemática da identidade nacional deve ser indutor de uma abordagem pluridisciplinar, na qual o fenómeno da temporalidade, seja ele visto a partir da escrita da história ou a partir da memória social, desempenhará papel central. Só a espessura temporal, perspectivada num sentido dinâmico, pode conduzir à compreensão dos processos de construção, sedimentação e reformulação das práticas e

* Antropólogo, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

¹ O que está em causa, pode dizer-se, é valorizar mais do que a *tese* a sua *demonstração*. Esta observação tornar-se-á mais clara quando, mais adiante, abordarmos o livro de José Gil, *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*.

representações que sustentam a partilha de uma identidade ou que, para dizer de outro modo, *explicam* a vida das «comunidades imaginadas»².

No que me diz respeito, a oportunidade proporcionada por este encontro permitiu-me voltar ao tema da identidade nacional, em torno do qual fiz parte do meu percurso académico, mas do qual me distanciei nos últimos anos³. Para lá desse reencontro com questões que, na verdade, nunca abandonei completamente, esta «Jornada sobre Identidade Nacional» surgiu-me como a ocasião adequada para me debruçar sobre um livro recente, que parece ter relançado, pelo menos ao nível da comunicação social, o debate sobre quem afinal somos nós, os portugueses. Falo do texto de José Gil, *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, que surgiu para mim como ponto de ancoragem necessário ao que se me oferecia dizer⁴. Na ideia de comunicação que se foi formando, não pesava tanto o texto em si mesmo, que logo a uma primeira leitura me pareceu frouxo e sem qualquer critério de rigor académico, mas por duas outras questões que a partir dele se derivavam. A primeira tem a ver as relações possíveis e pensáveis entre aquele livro concreto e toda uma vasta genealogia de outros textos, que comungam da intenção de pensar a identidade portuguesa. A segunda razão remete para o espantoso sucesso editorial e mediático do referido livro. Em relação a este aspecto, a minha proposta era aflorar tais causas, à luz da hipótese de que o referido sucesso se explica pelo facto do texto avançar com *respostas reconhecíveis* a questões que pairam indefinidas algures, onde o presente e o passado, lido pela narrativa histórica, se cruzam

² Emprego aqui a expressão consagrada por Benedict Anderson (1983) numa obra que se tornou referência obrigatória nos estudos sobre nação e nacionalismo.

³ Dessa primeira fase, um tanto incipiente, da minha actividade como investigador, resultou, entre outros trabalhos, o livro *A Nação nas Malhas da Sua Identidade* (Cunha, 2001).

⁴ Quando me foi endereçado o convite para participar neste encontro, julgo que o livro se encontrava no seu ponto mais alto de projecção mediática. Hoje a realidade é um pouco diferente, mas as ideias apresentadas nessa obra continuaram o seu percurso: por exemplo na apresentação da sua candidatura presidencial, Francisco Louça foi evocado o drama da “não-inscrição”, bem como o “nevoeiro”, de que Gil também fala, e que o candidato apresentou como obliterador da consciência cívica.

e produzem sentido. A natureza das questões e das respectivas respostas é, evidentemente, um assunto a que adiante voltarei.

A questão do sucesso editorial da obra *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* passou pela receptividade da comunicação social, mas de forma alguma se esgota nesta dimensão. Não podemos, evidentemente, antecipar o que o futuro dirá, mas parece claro que essa obra, que teoriza sobre a *não-inscrição*, corre o sério risco de, paradoxalmente, se *inscrever* no imaginário luso como uma peça mais no infinito debate acerca de quem somos. Os instrumentos estilísticos e retóricos – pensemos na escrita linear, feita de ideias claras e fortes, como que jornalisticamente depurada - são também eles importantes mas insuficientes como factor explicativo. Porém, se atentarmos nos destaques que os media conferiram ao trabalho de José Gil aproximamo-nos de uma explicação mais consistente. De entre estes destaques, talvez aquele que mais espaço veio a ocupar tenha sido a «inveja», que é apresentada como traço de carácter explicativo, se não da «alma nacional», pelo menos da especificidade portuguesa⁵. Mas este é apenas um exemplo do modo como o texto de José Gil foi projectado no espaço mediático, ainda que o considere um exemplo significativo: uma ideia clara, fácil de explicar e apreender, que procura dar conta de algo que qualquer cidadão pode reconhecer e apontar e que surge instituído em defeito estrutural, supostamente identificador do tecido social em que todos nos movemos.

Mas, como disse atrás, foram duas as razões que constituíram o livro *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* em ponto de partida desta comunicação. Por um lado o que acabei de referir, ou seja, as razões de um sucesso editorial inesperado, que levou a que a obra acabasse por se impor num país de forte ileteracia e onde os ensaios não costumam ter vida longa ou sequer suscitar debate. A outra razão liga-se a esta e assenta

⁵ Apenas como exemplo da importância atribuída tanto pelo autor como pela comunicação social ao tema da inveja, veja as entrevistas de José Gil concedidas ao *Notícias Magazine* em 20 Fev. 2005.

na interrogação de qual o lugar ocupado por esse livro num quadro mais vasto, exactamente o dos textos que desde há muito se vêm construindo na tentativa de desvendar supostas especificidades nacionais. Estes textos a que aludo são múltiplos e provém de várias áreas disciplinares – filosofia, história, antropologia, mas também da literatura. O que os une são propostas de cariz *essencialista*, que muito embora possam encontrar sustentação em bases diferentes, constroem uma narrativa confluyente. Nuns casos privilegia-se a visão providencialista da história; noutros a promoção de um primordialismo que o *povo*, entenda-se o mundo rural mais periférico, conservaria; noutros ainda uma espécie de revelação de natureza mais ou menos mística.

Esta não é a ocasião para nos perdermos nesse labirinto de textos⁶. O que proponho é apenas um pequeno passo: tecer uma visão panorâmica sobre esse labirinto, trabalhando apenas sobre alguns textos, na tentativa de discutir confluências e distinções, que revelam algo dos mecanismos de construção da identidade nacional como *narrativa convincente*. Optei, propositadamente, por usar textos bem distintos, tanto no que diz respeito à sua natureza e inserção epistemológica como no contexto histórico da sua produção. Foram os seguintes os textos escolhidos: *A Arte de Ser Português*, de Teixeira de Pascoais (1915), “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, de Jorge Dias (1950), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Povo Português*, de Eduardo Lourenço (1978) e o já referido *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* (2004) de José Gil. Se dúvida que podiam ser outros os textos escolhidos, já que não faltam opções, desde Garrett a António José Saraiva, de Cunha Leão a Agostinho da Silva, mas apesar de tudo a escolha não foi arbitrária, tendo duas intenções principais. Procurei, por um lado, que os textos escolhidos reflectissem enquadramentos temporais fortes e distintos. Assim, procurei um texto produzido durante a primeira

⁶ Parte significativa do trabalho de Eduardo Lourenço tem abordado esses textos e essa problemática. O ensaio de Miguel Real (1998) faz também uma abordagem sugestiva a uma parte desse complexo labirinto a que aludo.

república, um outro enquadrado pelo Estado Novo, um terceiro produzido já após o 25 de Abril e, finalmente, aquele que de forma tão notória marcou o último ano. Por outro lado, procurei abordar autores que se enquadrassem em diferentes tradições intelectuais: Pascoais celebrizou-se como poeta; Jorge Dias foi o grande nome da antropologia portuguesa da sua época, Eduardo Lourenço é um filósofo que encontrou na cultura um campo de trabalho privilegiado⁷ e José Gil, também filósofo, tem-se revelado um ensaísta de múltiplos interesses e que, frequentemente, recorre ao discurso antropológico⁸.

O ponto de convergência mais evidente de todos estes textos encontra-se no uso da «portugalidade» e do «português» como categorias analíticas planas e uniformes. De facto, ainda que quase sempre se reconheça a necessidade de alguma ponderação quando se trabalha com uma categoria tão ampla, a verdade é que, em todos os casos, nos é oferecida uma visão abstracta e unidimensional, na qual são deixadas de fora fracturas fundamentais – étnicas, de classe, regionais, etc. Esta projecção uniforme de uma representação do português, transporta consigo processos de reificação da identidade nacional, que nuns casos se expressam de forma incisiva que noutros, mas que estão sempre presentes. É neste sentido que de forma mais profícua a metáfora do labirinto se aplica ao conjunto destes textos, bem como a muitos outros que igualmente podiam ser chamados à colação. Fortemente auto-referenciais, eles constroem uma narrativa eficaz, quer dizer, reconhecida e reproduzida socialmente. Constituem, por isso, um labirinto onde se cruzam e fundem ideias, que só na aparência abrem caminhos novos. De facto, é quase sempre mais o que permanece do que aquilo que muda, pois o que verdadeiramente conta neste labirinto não são os caminhos mas o Minotauro que o

⁷ Eduardo Lourenço, juntamente com José Mattoso e Boaventura de Sousa Santos, é visto por João Leal (2000: 21) como uma figura fundamental do processo de restauração dos discursos de identidade nacional no pós 25 de Abril, perspectiva com que não posso deixar de estar de acordo.

⁸ Corpo, Espaço e Poder (1988) e Os Monstros (1994) são dois exemplos do lugar de relevo que a antropologia ocupa no trabalho de José Gil.

guarda: a armadilha do essencialismo, que através de um jogo de espelhos, entre Narciso e a mulher de Loth, ora esbate ora reforça diferenças, sem que fio algum de Ariadne pareça poder valer-nos para encontrar a saída do labirinto.

Dentro do modelo narrativo em que assentam, estes textos tanto explicam e justificam a fundação da Nação, como dão conta do seu engrandecimento e projecção histórica, mas também dos seus defeitos e debilidades. Cada um por si, todos eles enfatizam ou esquecem alguma ou algumas destas dimensões, mas o que me parece mais relevante está para lá desse caminho específico que cada um trilha. Do que se trata aqui, afinal, é de privilegiar a semelhança sobre a diferença, já que tentarei testar a hipótese de que, do ponto de vista da construção do discurso e defesa dos seus argumentos, os autores estudados se serviram de efeitos retóricos e analíticos semelhantes. Proponho, então, que consideremos um modelo de análise que procurará dar conta de três efeitos narrativos concretos. Ao primeiro deles chamei-lhe *efeito de deslocamento*, e com ele procurarei dar conta das características muito particulares da relação que estes textos tecem com o tempo histórico. Ao segundo chamei *efeito de transmutação*, remetendo-o para a substituição de uma sociedade real e multiforme por uma sociedade ideal e uniforme. Finalmente, com aquele a que chamei *efeito de máscara*, procurarei mostrar como o processo de naturalização cultural é uma parte relevante na arquitectura discursivo dos textos analisados.

CRISE E RENASCIMENTO: A PERENIDADE DO SAUDOSISMO

Teixeira de Pascoaes começa *A Arte de Ser Português* com uma enunciação de objectivos que não podia ser mais clara:

O fim desta Arte é a renascença de Portugal, tentada pela reintegração dos portugueses no carácter que por tradição e herança lhes pertence, para que eles ganhem uma nova actividade moral e social, subordinada a um objectivo comum superior (Pascoaes, 1915: 9).

A “realidade amarga” (Lourenço, 1978: 80) em que o Portugal oitocentista se encontrava mergulhado e que Garrett já denunciara, é o ponto de partida de Pascoaes. Apenas ponto de partida, sublinhe-se, pois o que encontramos no final não é nenhum derrotismo, mas uma projecção positiva, insuflada, sem dúvida, por uma fé de cariz romântico-positivista. A ideia fundamental do autor é a de que Portugal se poderia reencontrar com o seu ideal de grandeza, na condição de reencontrar as virtudes inscritas na «raça», que é aqui entendida como repositório de “um certo número de qualidades electivas, (...) próprias de um Povo, organizado em Pátria, isto é, independente, sob o ponto de vista político e moral” (Pascoaes, 1915: 10). Isto alcançaria-se através daquilo que designa por «Renascimento», mas que neste caso seria algo especificamente português: a “Renascença, lá fora, tem sido e é de carácter individual, mas, entre nós, tem sido e é de carácter popular” (Pascoaes, 1915: 108). Se noutras paragens a ideia de Renascença surgira como fenómeno individual e estático, entre nós seria colectivo e dinâmico.

A singularidade do caso português reflectir-se-ia, entre outros aspectos, na realização artística: “O escritor português tem o sentimento inato da Paisagem, porque ela responde às suas íntimas qualidades ráticas” (Pascoaes, 1915: 66). Também aquilo que Pascoaes diz ser o perfeito acordo entre os escritores portugueses de génio e o povo comprovaria essa mesma singularidade. Defende, desta forma, um forte elo entre a expressão artística mais requintado e o povo, sendo este o garante da autenticidade e perenidade dessas realizações. O primeiro efeito a que aludi, o de *deslocamento* ou erosão temporal, começa a revelar-se aqui: o povo garante autenticidade ao

renascimento português, na medida em que garante genuinidade às realizações culturais, quer dizer, na medida em que estas se fundem com a tradição. Deste ponto de vista, renascimento significa, afinal, elisão do tempo. Já na parte final do seu livro, no capítulo que intitulou “O nosso idealismo”, este efeito é clarificado. A «arte de ser português» concretizar-se-ia no apagamento do próprio devir histórico através da instauração do saudosismo como uma espécie de matriz cultural, “orientadora da nossa actividade literária, artística, religiosa, filosófica e mesmo social” (Pascoaes, 1915: 118). O Sebastianismo, “expressão mítica da nossa dor (...) [e] futuro sol da Renascença” (Pascoaes, 1915: 117), faria par com o saudosismo, construindo, dessa forma, uma matriz histórica e cultural especificamente portuguesa.

O lugar atribuído ao passado e à temporalização histórica no pensamento de Pascoaes está, pois, na base do efeito que apelidei de deslocamento. Para o compreendermos melhor temos que voltar à sua noção de raça: “Portugal é uma raça constituindo uma Pátria, porque adquirindo um Língua própria, uma História, uma Arte, uma Literatura, também adquiriu a sua independência política” (Pascoaes, 1915: 13). O «sangue», isto é, a herança genética, que Pascoaes (1915: 56) remete para “dois ramos étnicos distintos”, o ariano e o semita, surge como componente fundamental da raça, sendo neste ponto que a *história* emerge no seu discurso. O que está em causa não é tanto o valor que ela possa ter enquanto testemunho do passado, mas sobretudo o que dela se pode retirar a título de exemplo: “O homem transviado tem de voltar atrás, ao local seu conhecido, para aí retomar a verdadeira via, o rumo que o levará ao seu destino” (Pascoaes, 1915: 11). Passado, presente e futuro fundem-se pelo espírito colectivo que não é outra coisa senão a Pátria e esta, uma vez constituída, tem uma natureza a que não escapa.

O ponto de partida de *A Arte de Ser Português* é, como já disse, o da constatação de que o país vivia um presente amargo, facto que mergulhou Pascoaes numa experiência conhecida também por autores tão diferentes como Garrett, Herculano, Quental, Oliveira Martins, etc. É a realidade de um país humilhado pelo *Ultimatum* e que não encontra forças que o reconduzam à grandeza perdida. País que tinha, de um lado, a idealização de um passado heróico e, do outro, a sociedade real, expressa no país rude e medíocre que Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, por exemplo, tão bem caracterizaram n’*As Farpas*. É justamente por relação a esta realidade que se opera o segundo efeito de que falávamos, o efeito de *transmutação*. Consideremo-lo a partir do modo como Pascoaes apresenta o que lhe parece ser a indiscutível especificidade étnica do português:

A alma pátria é, portanto, caracterizada pela fusão que se realizou, na nossa Raça, do princípio naturalista ou ariano e do princípio espiritualista ou semita, e pelas qualidades morais da Paisagem que, em vez de contrariar a herança étnica, a acentua e fortalece (Pascoaes, 1915: 61-2).

A segunda etapa do argumento consiste em contrapor a esta matriz fundadora a sua eventual corrupção. A questão pode ser colocada de outra forma: com base na defesa da ideia de que existe um primordialismo que foi preservado algures, constrói-se um discurso que tem na base o projecto saudosista, que parece surgir, assim, como expressão intelectualizada de uma identidade primordial. A família patriarcal constitui-se, então, como referência fundamental e insubstituível, sendo no mundo rural, pautado pela estabilidade, que a sua natureza melhor se expressa, nomeadamente através do “culto da tradição histórica, literária, artística e religiosa, firmando as principais qualidades da Raça” (Pascoaes, 1915: 39). As famílias urbanas e operárias são também consideradas pelo autor, mas nunca no mesmo plano que a família rural, já que esta constitui “o íntimo núcleo indestrutível da Pátria portuguesa” (Pascoaes, 1915: 39). O

efeito de transmutação de que falamos concretiza-se na subalternização da sociedade real face à sociedade matricial, aquela de onde tudo terá partido e que, marcada pela perenidade, conserva, mesmo que em estado latente, as virtudes da «raça». Isto não significa que Pascoaes não aponte defeitos à “alma pátria”, até porque são eles que marcam o presente, sendo as virtudes remetidas para o passado: “Estes [defeitos] encontram-se presentemente nas pessoas dos portugueses: vivem. Aquelas [virtudes] existem hoje na Literatura, na Arte e na Poesia; têm apenas uma existência de Panteão, como os ossos de Herculano” (Pascoaes, 1915: 97). Defeitos e virtudes constituem, na verdade, um sistema articulado. Por exemplo, a falta de persistência é um defeito que tem como contraponto o génio de aventura, do mesmo modo que o sentimento de independência é uma virtude que se relaciona com a inveja. De que forma se conseguiria, então, ultrapassar a “vil tristeza” do presente? Para o perceber é necessário considerarmos o último dos efeitos retóricos que enunciámos.

Aquilo a que chamei efeito de *máscara*, consiste num acto quase mágico de tornar *natural* o que é *cultural*. Para percebermos como se manifesta em Pascoaes, voltemos ainda à ideia de raça. As qualidades electivas de que nos fala, e que decorreriam, justamente, daquilo a que chama «raça», têm características que “são de natureza animal e espiritual, resultantes do meio físico (paisagem) e da herança étnica, jurídica, literária, artística, religiosa e mesmo económica” (Pascoaes, 1915: 10). Neste ponto, o autor fala de raça como se falasse de cultura, mas esta espécie de interpretação étnica da diferença é apenas aparente, pois logo de seguida se esclarece que “Uma raça possui os caracteres de um ser vivo, e como tal a devemos considerar” (Pascoaes, 1915: 10). A *cultura* torna-se, desta forma, numa *natureza* a que o português não pode fugir. É neste efeito de máscara que se legitima o sentimento patriótico, pois este congrega, sintetiza e naturaliza, a nossa especificidade cultural, substituindo o interesse individual

pelo superior interesse colectivo: “uma Pátria é também um ser vivo superior aos indivíduos que o constituem, marcando, além e acima deles, uma nova Individualidade” (Pascoaes, 1915: 23).

IDENTIDADE NACIONAL E PADRÕES DE CULTURA

O texto de Jorge Dias, “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, tem, como atrás adiantámos, um enquadramento e uma natureza bem distintas de *A Arte de Ser Português*. Não se trata aqui de aprofundar essas diferenças, mas importa deixar três breves notas acerca do texto de Jorge Dias. Em primeiro lugar o facto de se tratar de um trabalho cuja apresentação inicial foi feita fora do país, exactamente em Washington, no I Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros (1950). Pode, por isso, dizer-se que se trata de um texto orientado para um público bem caracterizado, académico e, em boa parte, estrangeiro, pelo que o texto visaria, também, transmitir uma imagem do país para quem o olhava do exterior. Por outro lado, como defende João Leal, “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, constituem uma das primeiras tentativas encetadas pela antropologia lusa para pensar a cultura portuguesa no seu conjunto (Leal, 2000: 51). Finalmente, importa ter presente o enquadramento político do país na altura da elaboração deste texto: o Estado Novo, que sobrevivera ao pós-guerra, continuava sem se abrir ao mundo como alguns esperavam, ressentindo-se também a academia de um forte enclausuramento científico. Na verdade, apesar do final do guerra ter esbatido

alguns dos traços mais fortes do projecto corporativo português, temas como os da autenticidade e perenidade da matriz cultural dita popular continuavam bem presentes⁹.

A influência culturalista, nomeadamente no que diz respeito à determinação dos padrões culturais, é bem notória neste texto. Não que Dias não esteja consciente da complexidade do problema e da dificuldade de aplicação desse modelo analítico a uma sociedade complexa e de tão grande escala como a portuguesa. Ao contrário, ele reconhece que a diversidade cultural das regiões e as diferenças culturais dos estratos sociais que formam o país são um obstáculo difícil de vencer, mas apesar disso propõe-se tentar (Dias, 1950: 138). Esta distinção entre local e nacional, tem uma importância particular na argumentação que vimos desenvolvendo, pois por ela passa o efeito a que chamei de *deslocamento*:

Enquanto a cultura local tem carácter quase ecológico e resulta do conflito entre a vontade do homem, o ambiente e a tradição, a cultura superior [entenda-se aqui cultura nacional] transpõe esse conflito para o plano espiritual, porque o elemento ambiente natural é substituído pela história (Dias, 1950: 140).

Se em Pascoaes uma região concreta (Entre Douro e Minho) é apresentada como região matricial, uma espécie de alfobre da alma nacional, Jorge Dias dilui a diferença através de um critério de homogeneização, concretamente o da partilha de uma história comum. Neste caso, o efeito de deslocamento não consiste em colocar país fora do tempo, mas em postular uma especificidade que nos tornaria inconfundíveis no contexto das nações. A dimensão divergente da cultura local acaba por ser desvalorizada face à ideia da convergência histórica que, naturalmente, é também cultural. Se em Pascoaes o Saudosismo e o Sebastianismo são as expressões idealistas que singularizam e dão consistência à «arte de ser português», em Jorge Dias é o mar a produzir efeito

⁹ Os caminhos traçados pela antropologia portuguesa nestes anos são reveladores de um sentido claro: “tal como muitas das suas congéneres europeias, a antropologia portuguesa e uma antropologia comprometida, antes de mais, com um discurso etnogenealógico de identidade nacional” (Leal, 2000: 17).

semelhante: “Portugal (...) apresenta uma curiosa particularidade de unificação (...) a unificação e permanência da Nação deve-se ao mar” (Dias, 1950: 139). Um pouco mais à frente é ainda mais claro: “A força atractiva do Atlântico, esse grande mar povoado de tempestades e mistérios, foi a alma da Nação e foi com ele que se escreveu a história de Portugal (Dias, 1950: 142). Como vemos, também aqui a história sofre um efeito de deslocamento, neste caso desviando-a da processualidade, do acontecimento irrepetível, para a reificar a partir da relação do português com o mar, tornado traço perene e sinal distintivo da alma nacional.

Também o segundo efeito, o da *transmutação*, pode ser observado em Jorge Dias. A crise que marcou o final do século XIX, e que de forma tão evidente serviu a Teixeira de Pascoaes, quer como elemento de mobilização quer como contraponto à idealização, não é evocada neste caso, surgindo o sonho como o operador central da transmutação da sociedade real na ideal. O português, defende Dias (1950: 147), “Não sabe viver sem sonho e sem glória” e este facto, não deixando de ser um defeito, já que constrange a acção pragmática, surge também como virtude, já que abre as portas a grandes realizações, como foram os Descobrimentos. É esta ambiguidade que está subjacente à comparação do português com outros povos: “Nunca soubemos separar o sonho da realidade, ao contrário do inglês, que procede friamente, orientado pelo seu sentido prático” (Dias, 1950: 147). Governado pelo sonho, este português de que Jorge Dias nos fala, distancia-se da realidade, transmuta-se no que não é, mas que podia e devia ser. Constitui-se, assim, numa idealização capaz de funcionar como narrativa mobilizadora.

Quanto ao processo de naturalização de traços culturais, aquilo a que chamei efeito de *máscara*, julgo que ele é também claro em Dias. Atente-se no que diz a propósito das realizações intelectuais e artísticas:

O espírito português é avesso às grandes abstrações, às grandes ideias que ultrapassam o sentido humano. A prova disso está na falta de grandes filósofos e de grandes místicos. Nem compartilha do racionalismo mediterrâneo, da luminosidade greco-latina, nem da abstracção francesa, de grandes linhas puras, nem do arrebatamento místico espanhol. Em vez das grandes catedrais góticas de França e da Espanha, ou dos templos clássicos da renascença italiana, que não sentia, o português acabou por criar um estilo próprio, onde a religiosidade típica melhor se exprime: o manuelino (Dias: 1950: 151).

O que aqui se diz, é que não são as circunstâncias históricas, económicas e sociais que explicam o desenvolvimento intelectual ou as opções artísticas, mas antes a natureza profunda da alma nacional, ou seja, aquilo que está de tal forma sedimentado que se tornou natural. É ainda este mesmo efeito de naturalização de traços culturais que se manifesta quando Jorge Dias aponta aos portugueses a “inteligência viva, a enorme capacidade de adaptação a todas as circunstâncias e o jeito para tudo permitem-lhe dominar as situações com êxito” (Dias, 1950: 156).

IDENTIDADE NACIONAL: MITIFICAÇÃO E SUA CRÍTICA

Chegamos assim a Eduardo Lourenço, autor que assume um posicionamento notoriamente diferente daquele que encontramos nos autores precedentes¹⁰. A diferença mais evidente é que Eduardo Lourenço adopta um olhar crítico, com o qual pretende desmontar interpretações mitificadas da identidade nacional. Intenção que fica bem clara quando, por exemplo, afirma que “a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o *irrealismo* prodigioso da imagem que os portugueses se fazem de si mesmos”

¹⁰ Mais ainda do que em relação a Teixeira de Pascoaes e Jorge Dias, a compreensão do pensamento de Eduardo Lourenço exige uma ampla abordagem da sua obra. Importa reiterar, por isso, que não se trata aqui de convocar o seu pensamento, ou sequer a sua obra, mas apenas de ensaiar um modelo de análise a partir de alguns textos concretos.

(Lourenço, 1978: 15). De facto, é inequívoco o tom geral que adopta: o seu lugar não é o daquele que constrói mitos, mas o daquele que os revela e ajuda a desconstruir. Deste ponto de vista, o seu posicionamento revela uma exterioridade em que nem mesmo Jorge Dias se coloca:

nada é mais necessário do que rever, renovar, suspeitar sem tréguas as *imagens* e os *mitos* que nelas se encarnam inseparáveis da nossa relação com a pátria que fomos, somos, seremos e de que essas imagens e mitos são a matalinguagem onde todos os nossos discursos se inscrevem (Lourenço, 1978: 69).

Este posicionamento tão claro, inequivocamente crítico em relação aos amplos processos de mitificação que analisa, não obsta a que o autor incorra em algumas simplificações de tom essencialista. Fá-lo, por exemplo, quando caracteriza “o fundo do carácter português” a partir da “mistura fascinante da fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de «inconsciência alegre» e negro presságio” (Lourenço, 1978: 16). Muito embora fugindo à promessa de tratar um único texto deste autor, parece relevante aludir aqui ao conceito de *hiper-identidade*, o problema que nos marcaria enquanto portugueses, e de que o ensaísta se serve para defender que “Portugal é um povo e uma nação *sem problemas de identidade*” (Lourenço, 1983: 16-17). É certo que esta percepção do *povo* e da *nação* como um todo coeso e, mais ainda, como um todo determinado por acontecimentos históricos tão remotos como a fundação do Estado, conduzem Eduardo Lourenço para a revelação de um essência, ainda que, apesar disso, a sua leitura da identidade nacional portuguesa não possa ser confundida com a que encontrámos nos autores precedentes.

Esta diferença provoca, desde logo, que os três efeitos a que venho aludindo, se não observem em *O Labirinto da Saudade* do mesmo modo que nos exemplos precedentes. Aquilo que venho enunciando como *deslocamento* temporal surge em

Eduardo Lourenço como denúncia e recusa de vinculação: “Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começámos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado” (Lourenço, 1978: 20). A sua interpretação de Pascoaes é, a este nível, bastante clara:

subtrairá a mesma *pátria à História*, enquanto aventura guerreira e política, passada ou próxima, para a instalar definitivamente no seu ser *ideal* (...). O verbo de Pascoaes rasura ou dissolve a nossa pequenez objectiva, onde enraízam todos os temores pelo nosso futuro e identidade, instalando Portugal, literalmente falando, *fora do mundo* e fazendo desse *estar fora do mundo* a essência mesma da Realidade (Lourenço, 1978: 98).

O estar fora do mundo e também do tempo parece conduzir não tanto a uma história alternativa, mas a uma projecção um tanto delirante dos feitos ou possibilidades. Assim, se o 25 de Abril significou o fim da mitologia colonial, logo outra mitologia nacionalista se terá formado no Portugal revolucionário, quando se procurou instituir a ideia de que éramos o “exemplo iniciador e iniciático de uma subversão democrática da ordem capitalista europeia” (Lourenço, 1978: 43).

O mesmo sucede em relação ao efeito de *transmutação* que governou muitas das abordagens à identidade nacional:

Nenhum povo e mais a mais um povo de tantos séculos de vida comum e prodigioso destino pode viver sem uma *imagem ideal* de si mesmo. Mas nós temos vivido sobretudo em função de uma imagem *irrealista*, o que não é a mesma coisa (Lourenço, 1978: 45).

Pensemos num tempo histórico concreto e numa situação política tão específica como o Estado Novo. Eduardo Lourenço (1978: 26) aponta no “salazarismo concreto” uma tentativa de adaptar o país à sua “natural e evidente modéstia”. O que sucede, porém, é que o “relativo sucesso dessa tentativa” acabou por redundar na “fabricação sistemática de uma *lusitanidade* exemplar”, ou seja, numa imagem irrealista de nós próprios, nesse

sentido numa transmutação do *real* num *ideal*. Em relação a este aspecto, o autor não identifica uma agência para o fenómeno, que dessa forma parece resultar de uma pulsão profunda, ainda que esta não seja vista por Eduardo Lourenço tanto como um estado de alma perene, como algo que se inscrevesse na própria natureza do português, mas mais como uma consequência da própria matriz histórica que terá estado na origem do país.

Evidentemente que esta distinção que acabámos de traçar tem fronteiras ténues: o que a história construiu ganhou raízes e tornou-se perene. Este é um caminho perigoso, sempre assombrado pelo perigo de se definir uma *essência*, que apaga a diversidade e a circunstância, por troca com a reificação do ser português. A naturalização dos traços culturais, o último dos efeitos retóricos e analíticos que procurei analisar, remete inevitavelmente para esse difícil equilíbrio entre as ideias gerais e a ameaça de reificação. Em Eduardo Lourenço, a porosidade entre a literatura e o sentir da alma nacional, cumpre, até certo ponto, este efeito. Escrevendo sobre *Frei Luís de Sousa* dirá:

O drama de Garrett é fundamentalmente a teatralização de *Portugal como povo que só já tem ser imaginário* (ou mesmo fantasmático) – realidade indecisa, incerta no seu perfil e lugar na História, objecto de *saudades* impotentes ou *pressentimentos trágicos*” (Lourenço, 1978: 83).

Saber se a literatura constitui o reflexo e o eco de um estado de alma ou se, pelo contrário, constitui um dos alicerces dessa construção narrativa, remete, de novo, para a questão da agência, ou seja, para os mecanismos de construção de ideias e para o universo das representações como campo de disputa. Esta é uma questão de natureza distinta da que enforma esta proposta de trabalho, mas parece ser, também, um caminho sugestivo para que os modelos analíticos, construídos em torno da nação, se distanciassem da reificação. Vamos ver agora até que ponto José Gil abre portas a este caminho.

Chegamos assim, finalmente, à obra que serviu de pretexto a esta comunicação: o livro de que se fala, *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. O traço mais forte que julgo importante vincar de início é a ambiguidade deste texto relativamente aos outros ensaios que tomei para análise. Ambiguidade e indecisão, como se jogasse em dois tabuleiros: desconstrói à maneira de Eduardo Lourenço, mas também mitifica à maneira de Pascoaes e Jorge Dias. Na verdade, *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* vive sobretudo da reescrita de uma narrativa consolidada, que em grande medida passa por tópicos aqui abordados. As suas ideias fortes, aquelas que se tornaram referenciais, só com muita generosidade e distração poderão passar por originais. Veja-se a questão da não inscrição: “Em Portugal nada acontece (...) nada se inscreve – na história ou na existência individual, na vida social ou no plano artístico” (Gil, 2004: 15) e confronte-se com o que Eduardo Lourenço disse da queda do nosso império africano:

Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência um traumatismo profundo – análogo ao da perda da independência – mas a um repensamento em profundidade da totalidade da nossa imagem perante nós mesmo e no espelho do mundo. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar (Lourenço, 1978: 40).

Quanto à inveja, um dos temas a que a comunicação social terá dado mais eco, é certo que não encontramos em nenhum dos autores precedentes a sua consideração como sistema, tal como o denuncia José Gil (2004: 94): “a generalidade da acção da inveja em Portugal é tão vasta que, tal como o medo, constitui um sistema”. É verdade que também Teixeira de Pascoaes apontara a inveja como um dos defeitos da “Alma Pátria”

mas, como sempre fazia, considerou-a na correspondência de uma virtude, no caso o sentimento e independência e o poder de individualidade. É ao descarnar o defeito da sua hipotética virtude, que a inveja se torna *sistema*. A originalidade não está, portanto, na identificação de um suposto traço de carácter, mas na negativização de uma narrativa preexistente.

Podíamos multiplicar os exemplos de *reescrita* de José Gil, quer dizer, do modo como volta a temas ou abordagens que têm uma longa genealogia no discurso sobre identidade nacional em Portugal. Essa não é, porém, a questão mais importante, pelo menos no contexto desta comunicação. Mais relevante é tentar perceber as razões que levaram *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* a alcançar o êxito que alcançou. Recordo que foi por aqui que começámos, mas agora julgo estarmos em condições de dar um passo mais no entendimento dessas razões. É que o texto de José Gil, contrariamente ao sentido dominante nos textos de Eduardo Lourenço, é mais um espaço de efabulação do que de desmontagem. Pode por isso dizer-se, que muito embora assumia um tom fortemente crítico, é ele que dá continuidade a essa genealogia de textos construídos frente ao espelho mágico que nos distingue e singulariza. Sem dúvida que *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, se constrói com uma linguagem renovada. Rejeita a visão providencialista da história, do mesmo modo que recusa o primordialismo como ponto de ancoragem do discurso. Faz até o contrário: não se trata de projectar Portugal para aquilo que supostamente o caracterizou desde sempre, mas antes de propor a sua integração na corrente da modernidade a que, verdadeiramente, nunca pertenceu. Neste aspecto aproxima-se de Eduardo Lourenço – é a entrada na Europa que nos conduz à mudança, nomeadamente à substituição de uma sociedade disciplinar por uma

sociedade de controlo (Gil, 2004: 116)¹¹. Tudo parece configurar, portanto, o acerto de um distanciamento crítico, que nem Teixeira de Pascoaes nem Jorge Dias souberam construir. Apesar de isto ser verdade, o exercício de José Gil não escapa à mitificação. Para percebermos porquê, temos que perceber a natureza dos instrumentos analíticos usados na elaboração do diagnóstico daquilo que somos.

É neste ponto que se torna necessário convocar de novo os efeitos de deslocamento, transmutação e máscara, pois eles revelam de uma forma que me parece clara a arquitectura de *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. O primeiro destes efeitos, e de *deslocamento*, expressa-se na dissolução do acontecimento no princípio da não-inscrição. Em José Gil, o nevoeiro que nos cobre não é aquele de onde emergirá D. Sebastião, mas algo que provoca o entorpecimento da consciência: “Há como que uma ligeira estupidez reinante, um vapor de burgessismo que se nos cola à pele” (Gil, 2004: 105). Como vivemos no nevoeiro, vivemos fora do tempo e longe do acontecimento. Na aparência, nada disto tem a ver com o apagamento do devir histórico pela instauração do saudosismo à maneira de Pascoaes, mas é a mesma concepção que enforma as duas perspectivas: a consideração da sociedade portuguesa como uma realidade plana, uniforme, num caso recusando a inscrição, de tal forma que “nenhum (...) acontecimento conseguirá realmente produzir sentido” (Gil, 2004: 21), no outro projectando um desejo de eternização do presente.

O segundo efeito, a *transmutação* da sociedade real numa sociedade ideal, está também presente, ainda que neste caso, dentro do tom geral do livro, o “ideal” tenha sentido negativo. Muito embora José Gil (2004: 15) comece por se questionar acerca da “legitimidade de falar dos «portugueses» como uma entidade una e indiferenciada”, a verdade é que é isso mesmo que constantemente faz. Mais ainda, fá-lo produzindo

¹¹ O modo como Eduardo Lourenço se posiciona em relação à Europa e ao modo como Portugal com ela se relaciona, cf. *Os seus ensaios coligidos em Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional.

justamente o efeito de transmutação a que venho aludindo. Neste caso não é sonho que nos guia no processo de transmutação, mas a simplificação da sociedade real. Quando José Gil, tentando ainda provar o fenómeno de não-inscrição, aponta a “incrível ligeireza nas penas por crime de rapto, violação ou homicídio” (Gil, 2004: 20), ou então quando denuncia “a velocidade do esquecimento do morto por parte dos vivos” (Gil, 2004: 21) é esse efeito de simplificação que está em jogo. Evidentemente que ele próprio reconhece que tais afirmações exigiriam um esforço comparativo com outras realidades. No entanto, não só não faz essa comparação, como no final obtém um resultado enganador: a imagem que nos é oferecida não é a de uma sociedade real, complexa e multiforme, mas antes uma representação idealizada, concordante com o guião de uma narrativa já conhecida.

Finalmente, no que diz respeito ao terceiro efeito, usarei como exemplo a questão da escala em que, supostamente, o português vive:

É no meio dos pequenos objectos que ele [o português] se sente à vontade, é neles que investe enchendo a casa de mil bibelôs, fotografias, cobrindo as paredes com coisas pequenas, quadros, cromos, ex-votos, etc. (Gil, 2004: 51).

Deixando de lado a ausência da comparação com outras realidades, note-se como um traço cultural se substancializa, tornando-se um indicador profundo de natureza identitária. De uma presumida pequena escala, Gil retira consequências significativas. Uma delas é o enclausuramento do sentido, entendido como o “encolher, limitar, aprisionar do sentido no circuito empírico das pequenas coisas e dos pequenos prazeres” (Gil, 2004: 53). Outra consequência é a ilusão de liberdade ou síndrome de Liliputh: mergulhados na pequena escala não chegamos a viver uma genuína liberdade, mas apenas a sua ilusão. A última consequência apontada prende-se com um uso particular da fala: “Os portugueses não sabem falar uns com os outros, nem dialogar, nem debater,

nem conversar” (Gil, 2004:55). Este aspecto é talvez aquele que melhor dá conta da transmutação da cultura em natureza, muito embora deva ficar claro que neste caso se trata de uma natureza construída, reportada, de resto, a acontecimentos históricos concretos, de que a experiência do salazarismo é o exemplo mais claro. Em todo o caso, a cristalização dessas vivências *naturaliza* a cultura e, desse ponto de vista, produz uma interpretação essencializada.

O grande sucesso editorial de *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* fica a dever-se, sem dúvida, a uma conjugação de factores, mas entre eles julgo contar-se o facto de ter recorrido a um modelo narrativo reconhecível. É certo que a sua interpretação do *nosso* estado como nação é bastante negativo, mas enquanto modelo a sua estrutura assenta numa base que reifica a nação como entidade que vincula o indivíduo. A consideração da nação como um todo uniforme, a projecção de uma sociedade ideal ou o processo de naturalização de traços culturais, são aspectos importantes na reificação da nação. As observações que foram sendo feitas o longo deste texto têm, assumidamente, um carácter provisório, sendo necessário trabalhar mais textos, mergulhar mais profundamente no labirinto em que se cruzam, para perceber melhor as estruturas e os mecanismos implicados no processo de construção dos discursos sobre identidade nacional. Eduardo Lourenço e José Gil podem constituir, a este nível, uma sugestiva linha de debate, sendo cada um deles, de diferentes maneiras, pontos de confluência de discursos mais antigos, mas que permanece como sombras sempre presentes no modo como nos imaginamos.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict (1983), *Comunidades Imaginadas. Reflexão Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.

CUNHA, Luís (2001), *A nação nas Malhas da Sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, Porto, Afrontamento.

DIAS, Jorge (1950) “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, in *Estudos de Antropologia*, vol.1, Lisboa, I.N.C.M., 1990, pp. 135-157.

GIL, José (2004), *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d’Água.

LOURENÇO, Eduardo (1978), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.

LOURENÇO, Eduardo (1983), “Crise de identidade ou ressaca «imperial»?”, *Prelo*, nº1, Out./Dez. 1983, pp. 15-22.

PASCOAES, Teixeira (1915), *A Arte de Ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991.

REAL, Miguel (1998), *Portugal, Ser e Representação*, Lisboa, Difel.

SILVA, Augusto Santos (1997), *Palavras Para um País*, Lisboa, Celta.

THIESSE, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas & Debates, 2000.